

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****QUESTÃO 1**

A abordagem multidisciplinar na área da saúde apresenta diversas vantagens quanto ao tratamento do paciente, uma vez que profissionais de diferentes áreas, como, por exemplo, o psicólogo, promovem um tratamento integrado e humanizado, proporcionando uma visão mais ampla do quadro. Acerca do registro e da guarda de documentos decorrentes de avaliação psicológica, julgue os itens a seguir.

- I Os documentos resultantes das avaliações psicológicas devem ser arquivados junto aos demais documentos do paciente, de modo a permitir o acompanhamento da evolução de seu quadro.

PORQUE

- II O registro, quando realizado em serviço multiprofissional, deve ser realizado em prontuário único, independentemente do número de profissionais envolvidos no atendimento.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens I e II estão corretos e o segundo item é uma explicação correta do primeiro item.  
(B) Os itens I e II estão corretos, mas o segundo item não é uma explicação correta do primeiro item.  
(C) O item I está correto, mas o item II está errado.  
(D) O item I está errado, mas o item II está correto.  
(E) Os dois itens estão incorretos.

**QUESTÃO 2**

Com base nos princípios técnicos da elaboração de documentos decorrentes da avaliação psicológica, **não** constitui(em) fonte(s) fundamental(is) de informação para a elaboração de documentos

- (A) as entrevistas psicológicas.  
(B) os registros de observação.  
(C) os testes psicológicos.  
(D) os relatórios técnicos.  
(E) a anamnese.

**QUESTÃO 3**

A Portaria n.º 2.803/2013, que redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), determina as equipes mínimas de atenção especializada para compor as duas etapas desse processo – as quais são o acompanhamento clínico pré e pós-operatório (etapa 1) e a cirurgia e o acompanhamento pré e pós-operatório e hormonoterapia (etapa 2) e nas quais é mandatória a participação de um psicólogo na equipe. Por vezes, é necessária a avaliação psicológica no processo de acompanhamento. Quanto à produção de documentos resultantes de avaliação psicológica nesses casos, julgue os itens a seguir.

- I No relatório multiprofissional psicológico, deverá constar, na identificação, o nome completo de registro do paciente, para que se possibilite a comunicação com diferentes profissionais da equipe.  
II O documento a ser elaborado pelo psicólogo, nesses casos, é o laudo, uma vez que este, por ser resultado da avaliação psicológica da transexualidade, permite subsidiar a tomada de decisões.  
III Ao final do documento, o psicólogo deverá indicar, conforme a classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), a categoria disforia de gênero e seus especificadores, quando for o caso (categoria maior 302.85; F64.1).

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.  
(B) Apenas o item II está certo.  
(C) Apenas o item III está certo.  
(D) Apenas os itens II e III estão certos.  
(E) Todos os itens estão errados.

## QUESTÃO 4

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o paciente João faz acompanhamento psicológico na Clínica Viver Bem, sob minha responsabilidade, às quintas-feiras, das 14h às 15h, por motivos de depressão (CID F 32.0).

Sem mais, disponho-me para quaisquer esclarecimentos.

José

Psicólogo

CRP: 24/19050

O documento acima é uma declaração solicitada por um paciente a seu psicólogo, durante um atendimento realizado em uma clínica.

Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa que **não** constitui erro por parte do psicólogo na emissão dessa declaração.

- (A) ausência de descrição da finalidade da declaração
- (B) ausência de local e data ao final do documento
- (C) indicação de local, dia e horário dos atendimentos
- (D) indicação de disponibilidade de esclarecimentos
- (E) indicação da CID do paciente

## QUESTÃO 5

Em relação à atuação do psicólogo e considerando o Código de Ética Profissional, assinale a alternativa correta.

- (A) Em sua atuação profissional, é dever do psicólogo zelar para que a comercialização, a doação, o empréstimo e a guarda dos materiais privativos sejam feitos de acordo com o Código de Ética Profissional.
- (B) É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional, resguardando a confidencialidade e a intimidade dos pacientes, salvo quando o psicólogo for requisitado a depor em juízo.
- (C) Não há previsão para a interferência do psicólogo na prestação de serviços psicológicos de outro profissional da área, visto que essa atitude é considerada falta quanto à ética.
- (D) No caso de crianças e(ou) adolescentes, quando não há a apresentação dos responsáveis, o profissional psicólogo não deverá efetuar o atendimento até receber uma resposta das autoridades.
- (E) No caso da extinção do serviço de psicologia, os arquivos confidenciais devem ser incinerados, de modo a se preservarem a intimidade e a confidencialidade do paciente, garantida pelo Código de Ética Profissional.

## QUESTÃO 6

A Resolução n.º 6/2019 apresenta uma inovação ao distinguir o laudo do relatório psicológico. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir.

- I Na estrutura do documento, estão presentes, em ambos, a identificação, o procedimento e a análise.
- II Tanto o relatório quanto o laudo são derivados de um processo de avaliação psicológica.
- III Enquanto o relatório multiprofissional pode ser feito em conjunto à equipe, o laudo é um documento que deve ser encaminhado à parte.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas o item III está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 7**

Leia os itens a seguir.

- I Possui finalidade diagnóstica.
- II Busca resolver uma questão-problema no campo psicológico.
- III Pode ser derivado de uma única intervenção ou procedimento.
- IV É elaborado a partir da demanda e fundamenta-se em registros documentais.

Com base nas descrições apresentadas acima e considerando a Resolução CFP n.º 6/2019, assinale a alternativa que apresenta os respectivos documentos.

- (A) parecer, laudo, atestado e relatório psicológico
- (B) laudo, parecer, relatório multiprofissional e relatório psicológico
- (C) relatório psicológico, relatório psicológico, parecer e atestado
- (D) laudo, relatório multiprofissional, atestado e parecer
- (E) relatório psicológico, laudo, parecer e relatório multiprofissional

**QUESTÃO 8**

Acerca do trabalho do profissional da psicologia, assinale a alternativa que apresenta uma falta ética, conforme previsto pelo Código de Ética Profissional.

- (A) informar acerca dos resultados da prestação de serviços psicológicos, incluindo avaliação psicológica
- (B) realizar encaminhamentos para outros profissionais, tanto da área da psicologia quanto para outros profissionais, a depender do caso
- (C) cobrar valores pelos serviços prestados que ultrapassam o limite superior da tabela de referência nacional de honorários dos psicólogos
- (D) encaminhar cópias de documentos decorrentes de avaliação psicológica a outros profissionais, a pedido do interessado
- (E) divulgar sua formação, de forma explícita, ao promover seus serviços, como, por exemplo: especialista em neuropsicologia; especialista psicologia clínica; e especialista em florais

**QUESTÃO 9**

Considerando a Resolução n.º 1/2009, que dispõe sobre o registro documental da prestação de serviços por psicólogos, julgue os itens a seguir.

- I A guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo, da instituição e(ou) do estagiário que atende no serviço-escola.
- II O registro documental do trabalho prestado, da evolução do paciente, assim como o dos procedimentos técnico-científicos adotados pelo psicólogo, deve ser guardado junto aos prontuários.
- III O usuário, ou o representante legal, tem direito de acesso integral às informações registradas nos prontuários, incluindo os documentos decorrentes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 10**

Em relação aos documentos resultantes do trabalho do psicólogo, assinale a alternativa correta, conforme as resoluções vigentes.

- (A) O parecer é um documento que não é derivado de avaliação psicológica, podendo, inclusive, referir-se ao trabalho escrito por outro psicólogo.
- (B) A entrevista devolutiva é obrigatória no caso da elaboração de laudos e pode ser omitida nos demais casos previstos pela Resolução n.º 6/2019.
- (C) Nos documentos escritos, a descrição da análise deve ser feita referenciando, de forma fiel, os relatos apresentados pelo paciente durante as sessões.
- (D) Dos documentos derivados da avaliação psicológica, o laudo é o único em que devem constar, obrigatoriamente, as referências.
- (E) Nos atendimentos em grupo, o registro das informações individuais é facultativo ao psicólogo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 11**

De acordo com Corocine, *in* Serafim, Barros e Rigonatti (2006), as pessoas privadas de liberdade, portadoras de transtornos mentais que cometeram crimes – consideradas inimputáveis – recebem, frequentemente, sentenças judiciais que determinam medida de tratamento ou de segurança detentiva em hospitais de custódia e tratamento – antigamente chamados de manicômios judiciários. Em relação à progressão dessas medidas, o autor defende que

- (A) não deveria ocorrer, pois o nível de periculosidade dessas pessoas sempre é alto.
- (B) a ressocialização delas deve ser restrita, consistindo em pequenas saídas do hospital, sempre acompanhada de um monitor e de um agente de segurança.
- (C) a pessoa, quando a medida de internação prescrever, deve ser libertada, não havendo necessidade de preparação para isso, pois a punição recebida já foi internalizada como interdição pela pessoa.
- (D) a ressocialização dessa pessoa deve ocorrer, porém é necessária que seja progressivamente preparada pelo hospital de custódia, para que tenha chances de sucesso.
- (E) a ressocialização só pode ocorrer depois da esterilização cirúrgica da pessoa, mediante a realização de vasectomias ou laqueaduras, já que o transtorno mental é hereditário.

**QUESTÃO 12**

De acordo com Bandeira e Nascimento (2018), o sistema penitenciário brasileiro, no ano de 1984, com a decretação da Lei de Execução Penal – LEP (Lei n.º 7.210/1984) incluiu o psicólogo como parte da equipe técnica de instituições prisionais, sendo sua função primordial

- (A) participar das Comissões Técnicas de Classificação, compostas por outros profissionais, como pedagogos e terapeutas ocupacionais, visando a estudos técnicos que viabilizem um programa ocupacional das pessoas privadas de liberdade dentro do presídio.
- (B) articular com profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde, para que estes promovam palestras para as pessoas privadas de liberdade, visando à redução de danos à saúde durante o período da pena a ser cumprida.
- (C) participar das Comissões Técnicas de Classificação, compostas também por psiquiatras, para classificação diagnóstica da pessoa privada de liberdade, diferenciando-as como pessoas neuróticas, perversas ou psicóticas, para que a unidade prisional possa oferecer tratamento adequado à sua patologia.
- (D) realizar atividades psicoterapêuticas com as pessoas privadas de liberdade, visando à melhor adaptação dela ao sistema prisional, de acordo com os princípios pregados pelo Sistema Único de Saúde.
- (E) participar das Comissões Técnicas de Classificação, junto com psiquiatra, assistente social e representante do presídio, visando à avaliação da diminuição da periculosidade da pessoa privada de liberdade, com finalidade de progressão ou não de sua pena.

**QUESTÃO 13**

De acordo com Bandeira e Nascimento (2018), em 2003 foi decretada a Lei n.º 10.792/2003, que altera o artigo 112 da Lei de Execuções Penais, além da Portaria Interministerial n.º 1.777/2003, que institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), que mudou as atribuições do psicólogo penitenciário, o que foi, na opinião dos autores, um grande avanço em termos do papel do psicólogo no sistema prisional brasileiro. Com relação às suas atribuições, julgue os itens a seguir.

- I A maior proeminência das avaliações psicológicas dentro do chamado exame criminológico, dado os avanços da psicologia judiciária na determinação da periculosidade das pessoas privadas de liberdade, pois determinam a presença obrigatória do psicólogo na realização desses exames, que antes era facultativa.
- II O papel de suporte do psicólogo na administração do sistema penitenciário, pois o mesmo deverá assumir as diretorias de pessoal dentro das unidades prisionais, contribuindo para uma gestão mais científica destas.
- III A atribuição do psicólogo na realização de psicoterapias individuais das pessoas privadas de liberdade, com o objetivo explícito de prevenir a não ocorrência de revoltas e rebeliões dentro do sistema prisional.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Apenas o item I está certo.
- (E) Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 14**

Acerca dos conceitos de pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, em termos do direito e da psicologia, segundo Pinheiro (2013), julgue os itens que a seguir.

- I A pluridisciplinaridade diz respeito a um fenômeno jurídico que pode ser analisado de forma autônoma por disciplinas científicas diversas, como a psicologia e o direito, que, no caso do criminoso imputável ou inimputável, o direito oferecendo o conceito e a psicologia trabalhando de forma prática para distinguir os criminosos uns dos outros.
- II A interdisciplinaridade envolve a integração teórica e prática de duas disciplinas científicas, e a psicologia jurídica pode ser um exemplo desta integração, pois envolve conhecimentos do direito e da psicologia integrados.
- III A transdisciplinaridade abrange, além da colaboração entre as disciplinas entre si, um pensamento organizador que as congregue em um conhecimento maior.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas o item I está certo.
- (E) Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 15**

Acerca das relações entre a psicologia e a psiquiatria jurídica é possível afirmar, segundo Pinheiro (2013), que há intersecções e diferenças quanto ao objeto de estudo das duas disciplinas. Julgue os itens a seguir, considerando tais intersecções e diferenças.

- I A psicologia e a psiquiatria jurídicas interessam-se pela psicopatologia, especialmente sobre os transtornos mentais, que geram comportamentos desviantes.
- II A psicologia jurídica, para além da psicopatologia, também se interessa pelo desenvolvimento saudável do indivíduo, diferenciando-se, assim, da psiquiatria.
- III A psicologia jurídica interessa-se apenas pela questão do desenvolvimento saudável do indivíduo, enquanto a psiquiatria jurídica, apenas pela questão psicopatológica do indivíduo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas o item III está certo.
- (D) Apenas os itens I e II estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 16**

O filósofo Michel Foucault, em sua obra clássica *Vigiar e Punir*, diferencia a punição que foi predominante até a Idade Moderna, o suplício, da que surgiu durante a Idade Contemporânea que é a pena de prisão. Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O suplício visava fazer visível, no corpo do condenado, o castigo imposto pela autoridade.
- (B) O suplício visa sempre à redenção moral do condenado.
- (C) O suplício, que muitas vezes terminava com a execução pública do condenado, pode ser comparado ao assassinato a sangue frio, porém cometido pelo carrasco, a mando da autoridade.
- (D) A pena de prisão institui o procedimento administrativo ao invés do espetáculo do suplício.
- (E) A pena de prisão coloca a publicidade do julgamento e da sentença como sinal de marca negativa sobre o condenado.

**QUESTÃO 17**

Segundo o famoso sociólogo Erving Goffman (FIORELLI e MANGINI, 2009), a prisão se parece com instituições como manicômios e conventos, no qual toda a vida social da pessoa que está internada nestas instituições ocorre dentro da própria instituição. É uma característica da prisão como instituição total

- (A) a preocupação com a individualidade do preso, pois os administradores reconhecem o peso que a instituição carrega sobre ele.
- (B) o preso ter que participar de uma vida coletiva, sem direito à solidão ou à privacidade.
- (C) a arquitetura própria da instituição total expor a intimidade do preso, com celas com visibilidade ao exterior, banheiros sem porta.
- (D) o preso receber um estigma social sobre sua pessoa, que tende a atacar sua identidade pessoal.
- (E) o preso ser submetido a exames e vistorias em seus pertences e em relação a seu próprio corpo.

**QUESTÃO 18**

Sobre a questão da origem social das pessoas privadas de liberdade, Wolf (2005), em estudos realizados no sistema penal do Rio Grande do Sul, chegou a algumas conclusões. Acerca delas, julgue os itens a seguir.

- I A grande maioria das pessoas privadas de liberdade vem do interior ou da periferia de Porto Alegre, com uma minoria que foi nascida na Capital.
- II A maior parte dos apenados começou a trabalhar com a idade entre 7 a 14 anos de idade.
- III Uma parcela significativa dos condenados abandonou precocemente a escola, por ter que trabalhar desde muito jovem.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas os itens I e II estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 19**

Segundo Santos (*in* GONÇALVES E BRANDÃO, 2014), a legislação relativa à infância e à adolescência, surgida com o Código de Menores de 1927 e revisada com o Código de Menores de 1979, sofreu uma grande modificação com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Considerando tais legislações, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A própria palavra “menor” coloca a situação jurídica subalterna da criança e do adolescente frente aos adultos.
- (B) O Código de Menores de 1927 só intervinha em relação às crianças e aos adolescentes em situação irregular, ou seja, abandonadas e delinquentes.
- (C) A evolução da legislação brasileira em relação à criança e ao adolescente seguiu rumo próprio, de forma diversa em relação às legislações internacionais, relacionadas com as mesmas.
- (D) O Código de Menores de 1979 abandonou a categoria da criança abandonada, mas manteve o poder do juiz de cassar, temporária ou definitivamente, o pátrio poder dos pais de crianças e adolescentes, cujas famílias tivessem uma condição econômica ou social fragilizada.
- (E) O ECA segue a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, considerando-os como sujeitos de direitos.



**QUESTÃO 20**

Acerca do direito à convivência familiar da criança ou do adolescente acolhido em serviço de acolhimento familiar ou institucional, pode-se afirmar, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990) que

- I a prioridade da lei focaliza a volta da criança para a família de origem.
- II a colocação da criança em família substituta é o último recurso para garantir o direito à convivência familiar, depois de esgotadas todas outras opções.
- III a criança e o adolescente, segundo o ECA, deve ficar de forma definitiva no SAICA, quando rebelde ou de difícil comportamento.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas o item III está certo.
- (D) Nenhum item está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 21**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) coloca que, se a criança tiver seus direitos violados dentro de sua família de origem, ela poderá sofrer o acolhimento familiar ou institucional. Nesse contexto, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O acolhimento institucional da criança é preferível ao acolhimento familiar.
- (B) A criança ou o adolescente com pouca possibilidade de ser adotado deve ser mantida, preferencialmente, em serviço de acolhimento familiar.
- (C) A criança ou o adolescente que estiver acolhido em programa de acolhimento familiar ou institucional deverá ter sua situação revista a cada três meses.
- (D) A União apoiará a implementação dos serviços de acolhimento familiar como política pública.
- (E) Poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora.

**QUESTÃO 22**

A mediação, segundo Pinheiro (2013), tem o objetivo de facilitar que as partes entrem em acordo, em termos de conflitos relacionados às Varas de Família e Sucessões, sendo implementado por um terceiro, treinado na função de mediador que ouve os envolvidos no conflito. Em relação à função do mediador, julgue os itens a seguir.

- I O mediador deve atuar ativamente, propondo soluções para o conflito trazido entre as partes.
- II O mediador deve buscar ouvir as partes, explorando o conflito, identificando os interesses por trás das divergências, realizando o realinhamento destas.
- III O mediador deve buscar com que as partes em divergência encontrem uma solução para o conflito, e que se comprometam com esta.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas o item III está certo.
- (E) Apenas os itens II e III estão certos.

**QUESTÃO 23**

O conselho tutelar faz sua aparição como órgão de proteção à infância e adolescência com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O conselho tutelar tem como sua atribuição aplicar medida de proteção sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados

- I por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- II por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- III em razão da própria conduta da criança ou adolescente.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e III estão certos.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas o item I está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 24**

O Estatuto da Criança e do Adolescente coloca que a criança e o adolescente, como seres em desenvolvimento, têm prioridade no atendimento de suas necessidades. Mas essa prioridade não envolve

- (A) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- (B) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (C) preferência frente ao adulto, quando detido em unidades prisionais
- (D) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (E) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**QUESTÃO 25**

O Estatuto da Criança e Adolescente reconhece que a criança e o adolescente podem ser abrigados ou acolhidos em serviços institucionais de acolhimento à infância e adolescência. Essas instituições, por sua vez, devem cumprir os seguintes requisitos, **exceto um**, que é

- (A) participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- (B) participação na vida da comunidade local.
- (C) atendimento personalizado e em pequenos grupos.
- (D) preparação para a adaptação a uma institucionalização de longo prazo.
- (E) não desmembramento de grupo de irmãos.

**QUESTÃO 26**

Antes do acolhimento institucional, a autoridade que tem a competência de proteger a criança e o adolescente pode tomar as seguintes medidas, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente

- (A) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.
- (B) orientação, apoio e acompanhamento temporários da família e da criança e do adolescente.
- (C) internação compulsória em unidade hospitalar de tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (D) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- (E) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

**QUESTÃO 27**

Em uma discussão sobre a questão da criança como ser em desenvolvimento Théry, em Altoé (2007), menciona alguns fatos. Acerca deles, julgue os seguintes itens.

- I Napoleão considerou a criança como um menor, necessitando da tutela de uma pessoa, física ou moral, titular da autoridade parental.
- II A França pós-Convenção dos Direitos da Criança (1989) não aceitou a mesma nem a doutrina da proteção integral da criança.
- III André Comte-Sponville coloca que a criança é um ser humano em devir, com a educação auxiliando o infante a tornar-se ser humano.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e III estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas o item I está certo.
- (E) Apenas o item II está certo.

**QUESTÃO 28**

No caso do adolescente em conflito com a lei, sua medida de internação pode ser decretada pela autoridade judiciária. Em se tratando de instituição para tal fim, esta tem a obrigação, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente de atender a algumas condições, visando à futura reintegração familiar e social do internado. Assinale, a seguir, uma condição **não** coerente com o Estatuto.

- (A) providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem
- (B) substituição dos bens pessoais do adolescente para repô-los por outros melhores, na ocasião da cessação da medida de internação
- (C) manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos
- (D) diligenciar, no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares
- (E) propiciar escolarização e profissionalização

**QUESTÃO 29**

O Estatuto da Criança e Adolescente propõe algumas medidas socioeducativas para o adolescente em conflito com a lei. Em relação a isso, assinale a alternativa que **não** apresenta uma medida cabível.

- (A) prestação de serviços à comunidade
- (B) advertência verbal
- (C) internação
- (D) prisão
- (E) obrigação de reparar o dano

**QUESTÃO 30**

Segundo o manual Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010), um dos critérios para a intervenção das equipes interdisciplinares junto ao adolescente infrator é o estabelecimento do Plano Individual de Atendimento (PIA). Para a confecção de um bom PIA, alguns critérios devem estar presentes. Assinale a alternativa que traz um critério **não** incluído para tal finalidade.

- (A) conhecimento do passado do adolescente, por meio de sua história de vida, do histórico de seus atos infracionais no contexto de sua biografia.
- (B) conhecimento de seus potenciais, como habilidades e interesses.
- (C) conhecimento dos antecedentes criminosos da família que apontem para transtornos mentais hereditários.
- (D) conhecimento da família ou dos responsáveis legais do adolescente, quando possível.
- (E) busca da construção de uma rede de apoio ao adolescente, por meio do suporte ao grupo de pertencimento deste.



**QUESTÃO 31**

Segundo o manual “Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010), o estabelecimento de relacionamento com outros profissionais e instituições deve ser uma característica do trabalho do psicólogo em instituição para adolescentes em conflito com a lei que receberam medida socioeducativa de internação. Julgue os itens a seguir.

- I A relação com os outros profissionais da instituição deve ser de parceria, socialização e construção do conhecimento, respeitado o caráter ético e o sigilo, de acordo com o Código de Ética do Psicólogo, não devendo haver relação de subalternidade com estes profissionais.
- II Em relação com os profissionais do Sistema de Justiça, a consistência e fundamentação técnica do parecer sistematizado no relatório sistematizado proporcionam uma parceria com os demais profissionais de sua instituição e com os profissionais do Sistema de Justiça, inclusive o juiz.
- III Outro aspecto do relacionamento do psicólogo com outros programas e serviços é a parceria e articulação com outros programas e serviços, pois um dos fundamentos da execução da medida socioeducativa é a incompletude institucional.
- IV A relação com as instituições de saúde mental, no caso de adolescente em sofrimento psíquico, ou que sofreu situação crítica de violência, deve ser de subalternidade, principalmente com o médico, que é portador de um saber superior frente ao psicólogo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e III estão certos.
- (B) Apenas os itens I e IV estão certos.
- (C) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 32**

Quanto ao histórico das instituições punitivas dos menores delinquentes – assim a sociedade considerava a criança ou adolescente em conflito com a lei, antes da introdução da doutrina da proteção integral à infância e juventude – no Brasil, segundo Santos (*in* GONÇALVES E BRANDÃO, 2011), julgue os itens seguintes.

- I Nas Ordenações Filipinas, código de justiça que perdurou por boa parte da época do Brasil Colônia, os menores delinquentes recebiam penas semelhantes às dos adultos, sendo destinadas às mesmas instituições prisionais que estes.
- II O Código Criminal de 1830, que reformulou as Ordenações Filipinas, foi considerado avançado, na época, estabelecendo a construção de unidades correccionais específicas para estes.
- III No começo da República, os menores delinquentes frequentemente eram internados em instituições policiais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item II está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 33**

A sociedade contemporânea está passando por uma rápida transformação, o que se reflete nas adoções que se realizam atualmente no Brasil. Em 2017, levantamento realizado pelo Conselho Nacional da Justiça, verificou que 92% das crianças e adolescentes em condições de serem adotadas tinham entre 7 a 17 anos de idade. O mesmo levantamento verificou que 91% dos pretendentes à adoção deseja crianças até 6 anos de idade, sem doenças e não pertencentes a grupo de irmãos. Segundo Silva (*in* LEVINZON e LIZONDO, 2018), sobre tais questões, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O processo de adoção assemelha-se a uma gestação que tem início, mas não tem prazo para terminar, o que gera inúmeras ansiedades e angústias para os adotantes.
- (B) A adoção não permite oscilação nos sentimentos dos adotantes, e o psicólogo judiciário que os avalia, durante o processo de habilitação à adoção, deve sempre reprovar os candidatos que a apresentem.
- (C) A busca ativa de adotantes para crianças e adolescentes com pouca chance de colocação em famílias substitutas, realizada pelos diversos grupos de apoio de adoção espalhados no país, deve ser estimulada.
- (D) A adoção não se constitui em um processo simples: o candidato à adoção sendo convidado a pensar sobre sua própria dinâmica psicológica a entrar em contato com os sentimentos que acompanham a parentalidade.
- (E) O desejo pelo filho deve ser orientado para o sentimento de pertença, de transformar uma criança com a qual o adotante não tem laços consanguíneos em seu filho.

**QUESTÃO 34**

A entrega do bebê para a justiça, pela mãe biológica, para posterior colocação em família adotiva, é um direito da mulher prevista pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Sobre a entrega, de acordo com Augusto (in LEVINZON e LIZONDO, 2018), julgue os itens a seguir.

- I A entrega é muitas vezes prejudicada pelo “mito do amor materno”, surgido no Ocidente nos séculos XVII e XVIII, como apontam historiadores como Ariès e Badinter.
- II Apesar de ser uma possibilidade prevista por lei, o psicólogo judiciário deve inquirir a genitora seriamente, alertando-a também sobre o sentimento de culpa que poderá sentir após a entrega.
- III A escuta atenta e sensível do psicólogo judiciário nos casos de entrega deve pautar sua conduta profissional, além de orientar a mãe sobre os aspectos jurídicos envolvidos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 35**

É sabido que a família contemporânea passa por um processo de rápida transformação, sendo que o papel social dos seus integrantes tem sido cada vez mais mutável e impreciso, de acordo com Fiorelli e Mangini (2009). Sobre tais transformações, julgue os itens a seguir.

- I As uniões conjugais que fundam as famílias baseiam-se no fenômeno inconsciente denominado por Willi como colusão, no qual os parceiros atribuem expectativas, muitas vezes inconscientes ao outro, que podem se realizar ou serem frustradas, influenciando a dinâmica familiar.
- II Em muitas famílias, são forjados os mitos familiares, por meio da união de crenças, valores e tradições compartilhadas pelo grupo, tendo função organizativa para o funcionamento deste, tanto quanto nas relações com o meio exterior.
- III O processo de colocação da mulher no mercado de trabalho, cada vez mais frequente, tem sido um fator de instabilidade familiar, dado que ela não tem mais tempo de cuidar e educar a prole – função não sendo ocupada adequadamente pelo pai, que sempre continua atrelado apenas ao papel de provedor.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 36**

A guarda das crianças envolve o cuidado, a proteção e a responsabilização dos pais em relação aos filhos. Fiorelli e Mangini (2009) colocam algumas possibilidades a respeito da guarda. Acerca dessa questão, julgue os itens seguintes.

- I A guarda pode ser unilateral, ou seja, apenas um dos genitores assume as funções principais de cuidado, proteção e responsabilização, com a criança morando a maior parte do tempo na casa deste genitor.
- II A guarda alternada ocorre quando a criança alterna a moradia entre a casa paterna ou materna, passando períodos de tempo equivalentes nos dois, o que pode dificultar a criança a estabelecer referências em relação a valores e hábitos.
- III A guarda compartilhada, no qual, apesar de a criança ter um dos lares como base de moradia, a responsabilidade, a autoridade, o cuidado e a proteção são divididas entre os genitores.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item III está certo.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Apenas os itens I e II estão certos.

**QUESTÃO 37**

O direito da criança ao convívio com ambos os genitores, a não ser que um ofereça situação que apresente riscos para a criança, é uma prerrogativa que está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, a importante psicanalista Françoise Dolto, segundo Silva (2009), sobre a relação dos pais ao direito de visita, faz alguns apontamentos. Acerca deles, julgue os itens a seguir.

- I A mãe que procura afastar o pai do convívio assume uma posição onipotente, ao mesmo tempo em que sacrifica sua liberdade individual, colocando os filhos em uma situação em que eles se sentem culpados pelo sacrifício materno.
- II A mãe que fala à criança que o pai é perigoso ou indiferente assume uma estratégia ineficaz, pois a criança já tem senso crítico e consegue, por meio de sua própria observação, verificar o que ocorre.
- III Aponta-se para o caráter regressivo da alienação parental, pois apaga o outro da memória da criança, colocando para ela que só existe a mãe.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas os itens I e II estão certos.
- (E) Apenas os itens I e III estão certos.

**QUESTÃO 38**

Shine (2005) argumenta que o papel do psicólogo judiciário, como perito dentro de um processo judicial, pode variar, elencando algumas possibilidades de atuação do mesmo. Julgue os itens a seguir.

- I O psicólogo judiciário, no papel de assistente técnico de um dos periciandos do processo, pode assumir o papel de perito “pistoleiro”, ou seja, defender seu cliente de forma incondicional, omitindo as informações que lhe podem prejudicar e ressaltando as que lhe podem auxiliar.
- II O psicólogo judiciário, no papel de especialista convocado pelo juiz para realizar estudo de caso psicológico em determinado processo judicial, pode assumir o papel de perito “adversarial”, no qual ele desempenha a avaliação da forma mais imparcial possível, mas, uma vez concluído, deve se colocar de forma ativa e aberta em favor do genitor escolhido como o mais adequado.
- III O psicólogo judiciário, no papel de especialista convocado pelo juiz para realizar estudo de caso psicológico em determinado processo judicial, pode assumir o papel de perito “imparcial”, no qual avalia imparcialmente os periciandos e deixa ao juiz o papel de decidir como eles exercerão, ou não, seu papel parental.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

**QUESTÃO 39**

A partir do ano de 2008, uma pessoa ou um casal que queira adotar, em território brasileiro, de forma legal, uma criança ou adolescente, deve, necessariamente, abrir um processo judicial, no qual requer ser habilitado como possível adotante. No decurso desse processo legal, o Poder Judiciário tem a obrigação de preparar os candidatos à adoção, ministrando cursos e, de forma complementar, preparando-os por meio do seu encaminhamento a grupos com finalidade de preparação à adoção. Anaf, Tavares e Rezende (*in* FRANCO E MELÃO, 2007), psicólogas e assistentes sociais judiciais, descrevem sua proposta de preparação grupal de candidatos à habilitação à adoção, colocando que, com esses grupos, realizavam encontros. Acerca desses encontros, julgue os itens a seguir.

- I Eram abordados apenas os aspectos estritamente jurídicos relacionados à adoção, como os riscos de uma adoção *intuitu personae*, possibilidade de inscrição dos candidatos para adoção em outros estados, entre outros.
- II Eram abordados aspectos somente psicológicos ou sociais relacionados ao processo de adoção, como motivação psicológica dos adotantes e as reverberações sociais da adoção, entre outros.
- III Eram abordados aspectos legais do processo de adoção e sua repercussão psicossocial sobre os candidatos neles inscritos.
- IV Os técnicos ouviam, ao final da reunião, as opiniões dos participantes em relação aos temas abordados.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas o item III está certo.
- (D) Apenas os itens II e IV estão certos.
- (E) Apenas os itens III e IV estão certos.

**QUESTÃO 40**

Os processos de Vara de Família e Sucessões, nos quais o juiz determina a perícia psicológica, envolvem, frequentemente, famílias que foram dissolvidas. Sobre a questão dos sistemas familiares, Maciel e Cruz (*in* ROVINSKI e CRUZ, 2009), julgue os itens a seguir.

- I Uma das funções dos sistemas familiares é a garantia da unidade, de senso de pertencimento, de identidade social.
- II Um sistema familiar em conflito afeta todos os membros da família nuclear, mas nunca os membros da família extensa.
- III Um sistema familiar em constante conflito pode gerar uma identidade confusa entre seus membros, com vínculos rompidos ou adoecidos emocionalmente.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

**PROVA DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas **folhas de textos definitivos** da prova discursiva, no local apropriado e correspondente a cada questão. Não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto de cada questão da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na respectiva **folha de texto definitivo** correspondente à questão ou que tiver **menos de 20 linhas**.
- O texto de cada questão deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de texto definitivo**.
- O texto de cada questão deverá ser manuscrito, em **letra legível**, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- As **folhas de textos definitivos** da prova discursiva não poderão ser assinadas, rubricadas nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- As **folhas de textos definitivos** serão os únicos documentos válidos para avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo e não servirão para avaliação.

**QUESTÃO 1**

Silésia, 40 anos de idade, e Álvaro, 45 anos de idade, foram casados por 10 anos. No transcurso de seu casamento, tiveram as filhas Alice, 5 anos de idade, e Brenda, 3 anos de idade. Separaram-se há 2 anos, devido a conflitos de longa data do casal, e Álvaro foi morar na casa de sua mãe, de 65 anos de idade. Durante esse período, Alice e Brenda visitavam o pai na residência da avó paterna quinzenalmente, durante o fim de semana todo.

Álvaro, após 1 ano morando na casa de sua mãe, assumiu sua opção homoafetiva, e foi morar na casa do novo namorado, Tadeu, de 35 anos. Depois de 2 meses que o ex-cônjuge estava morando na casa de Tadeu, Silésia não mais permitiu que Alice e Brenda fossem visitar o pai, alegando que, quando elas voltavam, as filhas diziam que Tadeu era feio e sujo, desenvolvendo comportamentos como vomitar quando se referiam a ele. Por não estar mais recebendo as visitas da filha, Álvaro entrou com um processo de regulamentação de visitas, com sua ex-cônjuge como requerida, dado tal proibição.

A psicóloga judiciária Valéria foi designada como perita, pelo juiz da Vara de Família onde corria o processo, e avaliou todos os envolvidos no conflito, no caso os genitores, as crianças e Tadeu. Valéria planejou sua intervenção no caso, agendando, em um dia, entrevistas semiestruturadas com Álvaro e Tadeu, e em outro, entrevista semiestruturada com Silésia e entrevistas com Alice e Brenda, por meio de uma hora de jogo diagnóstica.

Na entrevista que realizou com Álvaro, Valéria ouviu-o falar que o desgaste do casamento e a descoberta de que tinha maior atração por pessoas do mesmo sexo foram fatores da separação em relação a Silésia e posterior união a Tadeu. Colocou que a ex-cônjuge, apesar de boa mãe, sempre tivera muito preconceito em relação à homoafetividade.

Na entrevista que realizou com Tadeu, Valéria percebeu que ele aparentou ser uma pessoa muito sensível, com histórico de irmão mais velho que cuidou de seus irmãos e irmãs mais novos, alguns ainda crianças, pois a mãe era viúva e manteve-se solteira depois da morte do pai, e, para sobreviver, frequentemente tinha que trabalhar aos fins de semana para ter renda suficiente para alimentar a família. Tadeu deu à Valéria exemplos concretos de suas interações com os irmãos e as irmãs.

Na entrevista com Silésia, Valéria percebeu que a mesma estava muito ressentida com a separação, só apontando aspectos negativos de Álvaro, mas nenhuma qualidade positiva. Em sua narrativa, disse que não se conformava de ter sido trocada por um homem, “ainda mais um homossexual, uma pessoa degenerada” (sic). Diz que não conhecia pessoalmente Tadeu, mas que não importava, dizendo que “todos homossexuais são iguais” (sic).

Valéria também entrevistou as crianças, utilizando-se do procedimento da hora lúdica diagnóstica. As crianças brincaram de forma espontânea, e, durante a brincadeira, Alice pegou uma boneca e Brenda, outra. Alice disse a Brenda que sua boneca seria a mãe, e que a da irmã seria a filha, e representou, então, o diálogo da boneca mãe com a filha, dizendo para esta que não era para ela se aproximar de Tadeu, que ele era feio e sujo.

A partir do relato, responda aos questionamentos.

- (A) Como este caso pode ser analisado, a partir do prisma da doutrina da proteção integral da criança, que o Estatuto da Criança e do Adolescente segue?
- (B) Qual análise você faz sobre o planejamento da intervenção pericial que Valéria estabeleceu?
- (C) Sobre as informações colhidas junto a Tadeu e às crianças, que indícios elas trazem? Como você justifica seu pensamento?

**QUESTÃO 2**

Osvaldo foi aprovado em um concurso de âmbito estadual para o cargo de psicólogo penitenciário. Ao assumi-lo, foi designado para trabalhar em um presídio, verificando que, na maior parte do seu tempo, teria que utilizá-lo para participar das Comissões Técnicas de Classificação, tendo pouco tempo para desenvolver ações de saúde que planejava aplicar para as pessoas privadas de liberdade. Com base na situação apresentada, desenvolva as questões a seguir.

- (A) O planejamento de Osvaldo está correto, de acordo com as normativas legais que regem o trabalho do psicólogo penitenciário? Justifique.
- (B) O que é uma Comissão Técnica de Classificação e qual é a função do psicólogo dentro dela?
- (C) Posicione-se frente a essa contradição entre a normativa governamental e o trabalho que Osvaldo tem que desenvolver.
- (D) Quais ações de saúde Osvaldo poderia desenvolver dentro do presídio?

**QUESTÃO 3**

Joaquim é psicólogo judiciário concursado, e desenvolve seu trabalho junto a um fórum de um tribunal de justiça estadual brasileiro. Ele foi designado pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, do Fórum da Comarca em que ele trabalha, para acompanhar o caso das crianças Júlio e Hermínio, de 8 a 6 anos de idade, cujos pais receberam denúncia de negligência junto ao Conselho Tutelar, por serem dependentes de uso de substância psicoativa. Ficavam dias fora de casa, trancando os filhos dentro da residência da família. As crianças foram abrigadas em Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente (SAICA) e os pais foram encaminhados para atendimento no Centro Especializado da Assistência Social – CREAS, e para tratamento no Centro de Atenção Psicossocial para dependentes de álcool e drogas – CAPS AD, além de poderem fazer visitas aos seus filhos no SAICA. Considerando-se o caso apresentado, responda os questionamentos a seguir.

- (A) Frente à doutrina da proteção integral e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve razões para o acolhimento institucional dos irmãos?
- (B) Como Joaquim, em sua função como psicólogo judiciário, deve planejar e conduzir sua intervenção no caso? Justifique.
- (C) Quais as evoluções possíveis do caso, em termos da convivência familiar, conforme preconiza o ECA?
- (D) Se, por acaso, as crianças forem encaminhadas para colocação em família substituta, eles teriam dificuldade em encontrar uma família adotiva? Justifique.

**QUESTÃO 4**

Adilson, 16 anos de idade, furtou, pela primeira vez, uma loja de tênis de seu bairro, à noite, quando não havia ninguém no local, repassando os calçados que conseguiu para obter dinheiro para consumir drogas, as quais estava usando compulsivamente. Foi flagrado pelas câmeras da loja e encaminhado à justiça, para que esta lhe concedesse uma medida socioeducativa. Responda e justifique sua resposta para cada uma das situações propostas a seguir.

- (A) De acordo com a gravidade do seu ato infracional, qual medida socioeducativa seria mais adequada neste caso? Justifique.
- (B) Reincidindo na prática de ato infracional de mesma natureza ou de natureza mais grave, o juiz deveria determinar uma medida socioeducativa mais severa em cada caso? Qual tipo de medida socioeducativa ele deveria aplicar, em ocorrência de ato infracional de mesmo nível do primeiro ou de natureza mais grave? Justifique.